

## CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA (AJUSTE DIRETO)

PRC/2024/115/ADM/AD

Convite à apresentação de proposta no âmbito do procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de **Arrendamento do Auditório do Exploratório – Centro de Ciência Viva de Coimbra**

- I. A sociedade Águas do Centro Litoral, S.A., (abreviadamente designada por AdCL), com sede na ETA da Boavista | Av. Dr. Luís Albuquerque | 3030-410 Coimbra telefone +351 239 980 900, fax +351 239 980 949, website [www.aguasdocentrolitoral.pt](http://www.aguasdocentrolitoral.pt), , plataforma eletrónica de Contratação Pública acinGov, acessível através dos sítios eletrónicos <http://www.acingov.pt> convida essa empresa a apresentar proposta no âmbito do procedimento de ajuste direto adotado para a celebração do contrato de **Arrendamento do Auditório do Exploratório – Centro de Ciência Viva de Coimbra**, conforme respetivo Caderno de Encargos, que se junta em anexo.
2. Informa-se que:
  - a) A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente do Conselho de Administração, Prof. Alexandre Oliveira Tavares, em 01.12.2024, no uso da competência que lhe foi delegado de acordo com o Manual de Delegação de Competências em vigor;
  - b) A escolha do procedimento de ajuste direto fundamenta-se no disposto na alínea d) do n.º I do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do departamento das Compras e Logística.
  - d) As peças do procedimento podem ser consultadas e descarregadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov através do link recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite.
  - e) Todas as comunicações entre a AdCL e o concorrente serão realizadas através do link recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite.
  - f) No **ANEXO D** encontra-se o *Manual para Apresentação de Proposta e Documentos através de Link Recebido por Email*.
3. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a identificação de erros e omissões identificados pelo interessado devem ser apresentados até ao termo do primeiro terço do prazo para apresentação da proposta, através do link recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite.

4. O prazo para a prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e para a pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelo interessado é o termo do segundo terço do prazo para apresentação da proposta, através do link recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite.
5. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO A** do presente Convite;
  - b) Proposta de preço, devidamente preenchida em conformidade com o modelo no **ANEXO B** do Convite.
6. Os documentos que a entidade convidada entenda apresentar ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos não podem ser redigidos em língua estrangeira.
7. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
8. A proposta deve ser apresentada até às 18h00 do dia 13 de janeiro de 2025 através do [link](#) recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite.
9. É de 90 dias, o prazo da obrigação de manutenção da proposta.
10. As propostas não serão objeto de negociação.
11. Não é exigida a prestação de caução ao adjudicatário.
12. No prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, deve apresentar através do link recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite, sob pena de caducidade, os seguintes documentos:
  - a) A declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, consta no **ANEXO C** do presente Convite;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de

administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções.

No mesmo prazo e pela mesma forma referidos no número anterior, o adjudicatário deve ainda apresentar o seguinte documento:

- e) Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link [www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores](http://www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores). O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no mesmo link;
- 13. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
- 14. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 15. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar
- 16. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo fixado no ponto 12 do presente Convite;
  - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
- 17. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este poderá dispor de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 18. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito

cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

19. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
20. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
21. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
22. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.adcl@adp.pt](mailto:dpo.adcl@adp.pt) ou da morada ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra.
23. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
24. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
25. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

**Junta:** caderno de encargos.

**ANEXO A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE**

(cfr Alínea a) do ponto 5)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sede ou no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **PRC/2024/I I 5/ADM/AD - Arrendamento do Auditório do Exploratório – Centro de Ciência Viva de Coimbra** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA continuação  
Ajuste Direto  
PRC/2024/115/ADM/AD

---

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO B**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
(cfr Alínea b) do ponto 5)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter tomado conhecimento do objeto do Ajuste Direto para celebração e contrato de “**PRC/2024/I I 5/ADM/AD - Arrendamento do Auditório do Exploratório – Centro de Ciência Viva de Coimbra**”, a que se refere o convite datado de [data do envio], vem apresentar proposta, obrigando-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, pelo preço global de —,— € (—,— mil e —,— euros), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado, e para o prazo de fornecimento de 12 (doze) meses.

Local e data,

---

(assinaturas)

**ANEXO C**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**

(cfr. Alínea a) do ponto 12 do Convite)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.



**ANEXO D**  
**MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS ATRAVÉS DE**  
**LINK RECEBIDO POR EMAIL**  
(cfr. Alínea f) ponto 2 do Convite)

De acordo com o ficheiro denominado por “*acinGov I Manual Tramitação Simplificada-V5.pdf*”